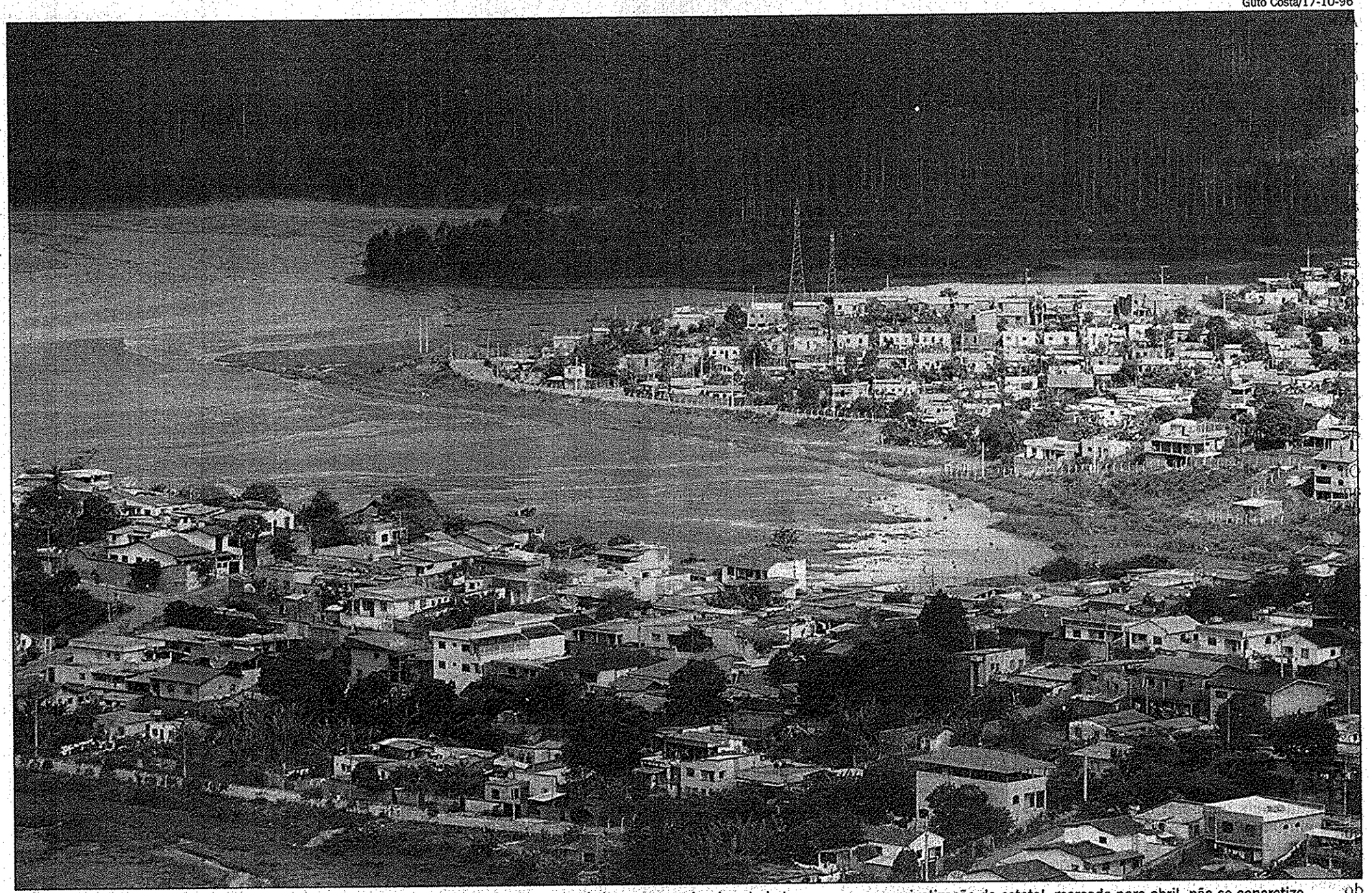
Acervo ISA

O GLOBO
9/12/97
7ª 24

Na venda da Vale, economia dá lugar à política

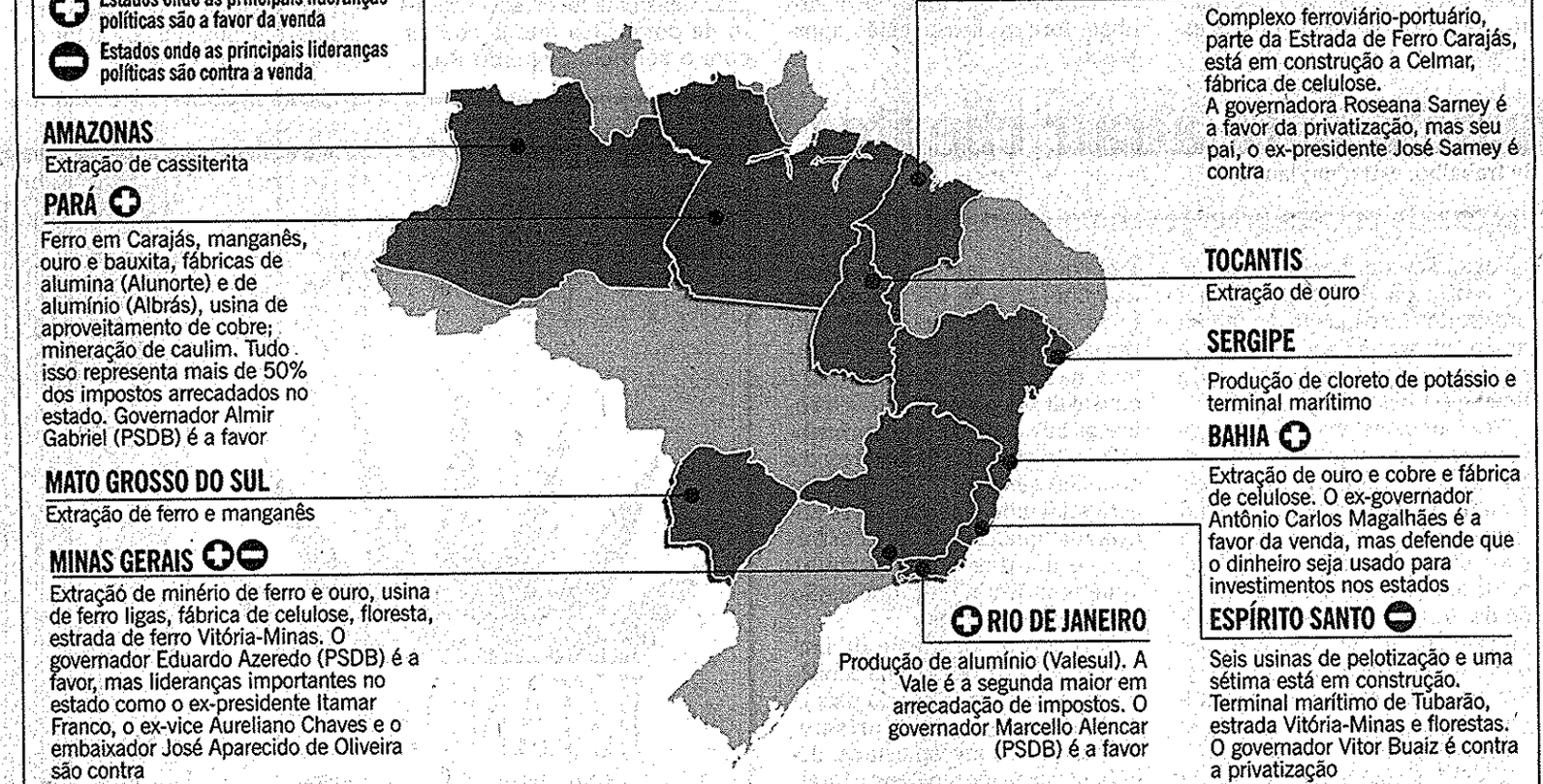
Interesses regionais ditam os rumos da companhia e o seu processo de privatização, marcado para daqui a dois meses

Guto Costa/17-10-96



ITABIRA, EM MINAS Gerais, onde a Companhia Vale do Rio Doce também opera: no íntimo, governador do estado torce para que a privatização da estatal, marcada para abril, não se concretize

Editoria de Arte



Marco Antônio Moreira

• BRASÍLIA. Em muitas cidades do interior do país, há pelo menos quatro personalidades locais: o prefeito, o padre, o juiz e o gerente do Banco do Brasil. Nos mais de 50 municípios onde a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) atua, esse quarteto vira quinteto: o gerente da empresa é incluído obrigatoriamente nesse seleto clube, e passa, com a devida sobriedade que o cargo lhe impõe, a tomar parte nos destinos da comunidade.

Essa — e não apenas as possíveis reservas de ouro no Sul do Pará que levaram o Governo, na semana passada, a mudar as regras do leilão de privatização da estatal — é uma das razões que levam políticos de expressão, que vão do ex-presidente da República Itamar Franco ao senador José Sarney (PMDB-AP), da governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL), ao senador Jáder Barbalho (PMDB-PA), entre outros, a firmarem posição contra ou a favor da privatização da maior produtora de minério de ferro do mundo.

Nesse duelo, pelo menos para a opinião pública, o governador Eduardo Azeredo, de Minas Gerais — onde a Vale também atua — está em cima do muro. Entretanto, no íntimo, Azeredo, um tucano como o presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda torce para que a venda, que deve acontecer daqui a dois meses, não se concretize.

Opositores alegam que empresa dá lucro e é estratégica

Itamar, o senador José Sarney e Jáder Barbalho batem nas mesmas teclas em defesa de sua tese: consideram que a Companhia Vale do Rio Doce dá lucro, é uma empresa estratégica — da qual não se tem uma avaliação correta do potencial de suas reservas — e ainda por cima se trata de uma agência de desenvolvimento regional, e por tudo isso não deve ser privatizada. O Governo, no entanto, diz que nada disso impede que a mineradora tenha novos controladores, nacionais ou estrangeiros.

— O processo de privatização da Vale está sendo feito com todo o cuidado, para que um importante ativo como esse não seja desperdiçado — disse o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito. — Mesmo com a privatização da estatal, o Governo continuará a ter voz ativa nas grandes decisões da Vale, através da *golden share*, que permite vetar qualquer decisão estratégica que seja considerada lesiva aos interesses do país. O mesmo se aplica às futuras descobertas. Através de debêntures participativas, a União terá o seu percentual em cada nova jazida — acrescentou Brito, que prefere não ampliar a polêmica já existente em torno do assunto.

— A Vale do Rio Doce é uma grande empresa. Privatizada, ficará ainda melhor. Vai continuar a exportar, a trazer divisas, gerando mais empregos — completou o vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), José Pio Borges.

O que os opositores da privatização da Vale do Rio Doce não dizem de público é o uso da empresa como instrumento de ação política. Dependendo do peso do interlocutor, um simples telefonema para o presidente da companhia, José Francisco Schettino, pode operar milagres. Schettino foi indicado pelo chamado grupo de Minas Gerais, onde pontificam, além de Itamar Franco, o também ex-vice-presidente da República Aureliano Chaves e o ex-embaixador José Aparecido de Oliveira.

Paraopebas, onde está instalado o complexo de Carajás, será o primeiro município da região Sul do Pará a ter um sistema de saneamento básico capaz de fazer inveja a muitas capitais. A estação de tratamento de água, avaliada em R$ 300 mil, está sendo financiada pela Vale.

A obra está sendo bancada pela Reserva para o Desenvolvimento das Regiões sob a Influência da CVRD (RDRI), que financia obras de infra-estrutura para estados e municípios. A Vale repassa sob a forma de financiamento 80% do valor do projeto, enquanto os 20% restantes são doados a fundo perdido. Os empréstimos têm que ser pagos no prazo de dez anos, com dois anos de carência e juros de 3% ao ano, mais 80% da variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).

Essa é, segundo um analista do sistema financeiro, uma das linhas de crédito mais baixas do país — inferior, inclusive, aos valores praticados pelo próprio BNDES. A RDRI é formada por até 8% do lucro líquido da estatal, percentual que é estabelecido anualmente pelos acionistas, sobretudo pelo Governo, que controla 51% das ações da estatal com direito a voto. Com a privatização, acabará a RDRI, mas já estão sendo estudados mecanismos compensatórios.

Além disso, a CVRD, segundo técnicos do Ministério de Minas e Energia, criou uma fórmula que ajuda — e muito — as prefeituras. Em primeiro lugar, exige, sempre que possível, que seus fornecedores tenham escritórios no município onde o projeto está instalado, para que os tributos beneficiem as cidades e os estados. Em segundo, ao efetuar o pagamento de qualquer débito, a estatal deduz o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS) e faz o repasse imediatamente, contribuindo para evitar a sonegação, o que torna o representante da empresa uma figura conhecida e reverenciada pela sociedade local.

Empresa tem programas de requalificação profissional

Há, ainda, questões de interesse social. Desde a sua criação, há 54 anos, a empresa tem dedicado muita atenção ao programa de requalificação profissional. Em Curionópolis, também no Sul do Pará, os filhos dos garimpeiros pioneiros de Serra Pelada que já atingiram a maioridade fazem estágio na empresa onde aprendem alguma profissão, nem sempre ligada à atividade de mineração. Muitos deles, a depender do seu aproveitamento, são inclusive contratados pela estatal. O mesmo programa é realizado nas demais unidades da Companhia Vale do Rio Doce. ■